

## A LESBIANIDADE NA DOCUMENTAÇÃO DO SNI DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: *LIMITES INFORMACIONAIS ESTABELECIDOS*<sup>1</sup>

### LESBIANITY IN THE SNI DOCUMENTATION OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: *ESTABLISHED INFORMATIONAL LIMITS*

Denise Braga Sampaio<sup>2</sup>  
Izabel França de Lima<sup>3</sup>

**Resumo:** Apresenta os conceitos de limítrofe informacional e resistência informacional à luz dos estudos relacionados à gênero, sexualidade, informação e memória. Empreende a discussão a partir da vivência lésbica captada pelos olhos censores da Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no Sistema Nacional de Informação (SNI). A documentação fora levantada no antigo órgão enquanto fundo documental da plataforma Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Os 24 documentos recuperados revelam o olhar atento da Ditadura Militar às sexualidades não-heteronormativas, por meio do fichamento, vigilância e acompanhamento de atrizes sociais entendidas como subversivas. Utilizou-se a análise de conteúdo, de Laurence Bardin para melhor entendimento do conteúdo dos documentos, que revelam que a Ditadura Militar buscava, em primeira instância, apagar a comunidade e, em segunda, promover a imagem negativa destes corpos, empreendendo discursos fóbicos e utilizando-se da circulação de informação também de maneira fóbica e impedimento de circulação da informação produzida por esta comunidade (em forma de censura) com vistas a reforçar uma imagem negativa de mulheres lésbicas ou entendidas como lésbicas.

**Palavras-Chave:** Informação gênero-sexualidade. Lésbica - Ditadura Militar. Lesbofobia. Comportamento informacional.

**Abstract:** *It presents the concepts of informational borderline and informational resistance in the light of studies related to gender, sexuality, information and memory. It underscores the discussion from the lesbian experience captured by the censor eyes of the Military Dictatorship (1964-1985), especially in the Sistema Nacional de Informação (SNI). The documentation had been raised in the former body as a documentary background of the Platform Memórias Reveladas of the Arquivo Nacional. The 24 documents recovered reveal the military dictatorship's attentive view of non-heteronormative sexualities, through the registration, surveillance and monitoring of social actresses*

<sup>1</sup> Texto ampliado a partir do artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXII ENANCIB.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação (UFPB). Docente da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). E-mail: [denise.sampaio@ufba.br](mailto:denise.sampaio@ufba.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9424-3158>.

<sup>3</sup> Doutora em Ciência da Informação (UFMG). Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [belbib@gmail.com](mailto:belbib@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2701-5432>.

*understood as subversive. We used the content analysis of Laurence Bardin to better understand the content of the documents, which reveal that the Military Dictatorship sought, in the first instance, to erase the community and, second, to promote the negative image of these bodies, undertaking phobic discourses and using the circulation of information also in a phobic way and impediment of circulation of information produced by this community (in the form of censorship) in order to reinforce a negative image of women lesbians or understood as lesbians.*

**Keywords:** Gender-sexuality information. Lesbian - Military Dictatorship. Lesbophobia. Informational behavior.

## 1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar brasileira, gestada, instaurada e mantida entre as décadas de 1960 e 1980, fora um período de formação identitária, informacional, memorial e moral pautado na exclusão e subalternização de corpos dissidentes (negros, LGBTQIA+, mulheres etc.). A lógica do estabelecimento de uma ordem moral a ser seguida, como sinônimo de desenvolvimento e correção positiva da sociedade era o amálgama discursivo do regime que, em seu primeiro Ato Institucional (Brasil, 1964), retira direitos políticos de seus opositores.

O conservadorismo, a militarização do Estado e o controle da produção e circulação de informações se tornam marcas da Ditadura Militar, traduzidas em uma ideologia de exclusão do diverso e da promoção de discursos bélicos e de apagamento desta diversidade. Pensando nisso, tomamos por base os resultados da pesquisa desenvolvida no Doutorado, questionando quais são os principais limítrofes informacionais perpetrados pela Ditadura Militar e valendo-nos dos objetivos: analisar os documentos do fundo do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Plataforma Memórias Reveladas (Arquivo Nacional, c2009), e apresentar os conceitos de limítrofe informacional e fobia informacional.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para operacionalizar tal pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), a fim de categorizar os limítrofes informacionais produzidos pela Ditadura Militar. Assim, procedeu-se com a pesquisa no fundo do Sistema Nacional de Informações (SNI) na plataforma Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional (c2009). Entendendo a importância do SNI para a Ditadura Militar como órgão de informação e inteligência que foi ganhando força e notoriedade à medida em que o regime recrudescia, que a partir dos mecanismos desencadeados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), tornou-se instrumento central na coleta, organização e apreciação de informações de pessoas, órgãos de comunicação e grupos sociais considerados subversivos. Entre esses grupos, está a própria comunidade LGBTQIA+.

Assim, procedeu-se com os seguintes filtros, conforme expresso na figura 1.

**Figura 1: Passo a passo da busca/recuperação por termo**



Última consulta foi realizada no dia 29 set. 2021.

Fonte: elaborada pelas autoras.

Primeiramente se utilizou os termos lésbica, sapatão e homossexual, para ter uma dimensão da temática na plataforma. Como último filtro optou-se por documentos que continham o termo lésbica, no fundo do SNI e que fossem digitalizados, levando-se em consideração a dificuldade de acesso a documentos em outros suportes na pandemia de covid-19 e, também, por limitações geográficas.

A plataforma Memórias Reveladas recuperou um total de 24 registros que vão da década de 1970 a 1980. Apesar do golpe culminar no regime militar já em 1964, somente em 1973 aparece o primeiro registro com o termo. Cabe destacar que, conforme Inez Stampa (2011), que nem toda a documentação proveniente do período está em posse da plataforma, o que pode gerar lacunas e ser um limitante desta pesquisa. Após a coleta desta documentação, procedeu-se com a leitura e categorização por viés empreendido pela ditadura, sobre corpos lésbicos, à luz dos estudos de gênero e sexualidade, em autorias como Michel Foucault e Judith Butler, o que fez gerar duas nuvens de tag e dois quadros de análise.

### **3 DITADURA MILITAR BRASILEIRA E DISPUTAS INFOR-MEMORIAIS: ENTRE O HEGEMÔNICO E O SUBTERRÂNEO**

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985), fora instaurada a partir do discurso de restauração das bases políticas, morais e sociais do país, colocando-se como antagônica ao comunismo, à esquerda, à desordem e ao que os próprios militares, com amparo da classe empresarial, chamaram de república sindical (Soares; D'Araújo, 1994). Estes eram favoráveis ao reconhecimento, prestígio e aumento do poder simbólico militar, propalado por meio dos instrumentos legais criados a partir de 1964 - iniciando-se com o Ato Institucional nº 1 (AI-1) - fechamento do Congresso Nacional, perseguição,

tortura e desaparecimento de opositores. Para amparar as bases desse antagonismo que, diga-se de passagem, não tinham fundamento factual, mas meramente discursivo (Sampaio, 2021), a Ditadura Militar se valia de duas dimensões, uma dimensão pedagógica e, outra, saneadora (Quinalha, 2017).

À dimensão saneadora competia o papel de vigilância, censura e construção das bases jurídicas, policiais e interventoras do regime, enquanto a dimensão pedagógica tinha o papel de instrumentalizar as dinâmicas, discursos e vieses ideológicos que amalgamaram, na população, a ideia de que a Ditadura Militar era um movimento legal, necessário e importante para a manutenção da soberania brasileira. Não obstante, a redação de parte significativa dos atos institucionais iniciava com uma carta à nação ou ao povo brasileiro, reforçando ideias como ‘revolução gloriosa’, ‘ameaça’ etc. Essa dimensão pedagógica atuava especialmente nas produções e discursos, na disciplina de Educação Moral e Cívica, ofertada nas escolas à época, mas também a partir do apagamento de diversidades sociais que destoavam do que o regime considerava correto, moral ou normal.

Havia, portanto, um terreno de disputa entre essa amálgama ideológica da Ditadura Militar, que pretendia a construção de uma identidade una, nacional, e as identidades dissidentes, ligadas a perspectivas políticas, sociais, econômicas, étnico-raciais, sexuais, performáticas, artísticas etc. distintas (Miskolci, 2012; Sampaio, 2021).

Devemos destacar que existe uma relação indissociável entre a memória e a identidade que, conforme afirma Joel Candau (2019, p. 17), constroem, entre si, um processo dialético de conjugação e nutrição mútua, produzindo “[...] uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”. O ato rememorativo, neste sentido, evoca e fortalece as identidades e, por seu turno, o apagamento e o silenciamento de memórias se configura em instrumento de neutralização de um pluralismo identitário em favor da construção de uma identidade aparentemente harmônica. Essas tentativas

de neutralização ocorrem pois o meio social é também um meio de disputa de narrativas, destacando-se aquelas que têm maior possibilidade de pervadir, por meio dos canais formais e informais de trânsito de informação, pela construção e proteção de patrimônios que reforçam dada narrativa e, no caso da Ditadura Militar, pelos mecanismos empreendidos a partir das dimensões saneadora e pedagógica.

É por meio destes processos e mecanismos que podemos afirmar, em Michel Pollak (1989), que a disputa de narrativas e, conseqüentemente, de memórias produz e mantém, de um lado, uma hegemonia e, de outro, memórias subterrâneas, ou em escombros. Pensando nessas relações apontadas por Michel Pollak (1989), Denise Sampaio afirma:

A memória hegemônica é garantida pela oferta ampla e diversificada de dispositivos, mediada por conjuntos documentais, monumentos, biografias e bibliografias, pela própria historiografia. A memória hegemônica é marcadamente pautada pela memória institucional (Sampaio, 2021, p. 37).

Nesse sentido, nos documentos repousam não somente as atividades outrora executadas no decurso de uma atividade administrativa, mas expressam também as relações de poder, de hierarquia e de perspectivas empreendidas por seus produtores que, em última análise, podem desencadear os 'usos e abusos da memória', por meio do impedimento, da manipulação e comando abusivo (Ricoeur, 2007) que se refletem nesses registros documentais.

A glória de uns é a humilhação para outros. A celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. Assim, se armazenam nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura. Mais precisamente, o que, na experiência histórica surge como um paradoxo, a saber, **excesso** de memórias aqui, **insuficiência** de memórias ali, se deixa interpretar dentro das categorias da resistência, da compulsão, da **repetição** e, finalmente, encontra-se submetido à prova do difícil trabalho de rememoração (Ricoeur, 2007, p. 92, grifo nosso).

A compulsão, a repetição, a insuficiência e o excesso de memórias perpassam pela vivência e sobrevivência de comunidades sub-representadas, como a comunidade LGBTQIA+ e, dentro desta, a comunidade lésbica, que intersecta as repressões de gênero, sexualidade e performance. No âmbito da Ditadura Militar brasileira, esta comunidade fora transpassada por tais violências memoriais e identitárias e resistiram produzindo, disseminando e articulando memórias subterrâneas, por meio da articulação coletiva e do registro desta articulação. Como veremos na seção *Análise dos Dados*, os documentos institucionais recuperados do SNI revelam não somente as atividades da Ditadura Militar, mas também como estes percebiam o movimento do **outro**, no caso, das outras, mulheres lésbicas, que se articulavam política e socialmente contrárias ao regime e revelaram também que a própria identidade lésbica fora forjada pelo Estado, como sinônimo de subversão, contravenção e agravante, estabelecendo os limítrofes informacionais da lesbianidade na ditadura militar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação, segundo Yves Le Coadic (2004), é seiva da ciência. Denise Sampaio corrobora com a ideia, ao afirmar que

A informação é seiva [e produto] da comunicação, dos processos dialógicos e estes são o cerne da constituição e cristalização das memórias. Não existe memória social, histórica, institucional etc. sem os processos de registro, disseminação e uso. E, não poderíamos deixar de destacar, essas informações e seu fluxo são perpassados por regimes de poder e de informação que garantem o reavivamento, preservação ou apagamento de tais memórias (Sampaio, 2021, p. 18).

A informação, neste sentido, é um instrumento de poder que circula por meio do registro e de sua comunicação (circulação), tendo como unidade fundamental a palavra. A palavra é a expressão simbólica, ideológica, cultural e social básica da comunicação humana, nomeia processos, objetos, sentimentos e demarca o território

hegemônico e o subalternizado de dada sociedade, sendo ao mesmo tempo ortodoxa, mas também, herética, a depender do (a) interlocutor (a) que dela faz uso. Essa característica da palavra lhe confere um viés político e identitário, tendo em vista que esta é composta de morfologia, sintaxe e semântica. A relação com a identidade reside no entendimento de que “[...] a identidade resulta de processo de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar-se de formação discursiva, as palavras mudam o sentido” (Orlandi, 2007, p. 76).

Essa compreensão é dada a partir do universo simbólico, ideológico, identitário, histórico e cultural de dada sociedade (Orlandi, 2020). Conforme Ludwig Wittgenstein (1922, p. 16, tradução nossa), “Os limites da linguagem (a única linguagem que entendo) indicam os limites do meu mundo. O sujeito metafísico não pertence ao mundo, mas é uma fronteira do mundo”. Tomando de empréstimo esta compreensão e dialogando com Eni Orlandi (2020), as palavras são imbuídas de informação, mas necessitam de referencial para a sua compreensão.

Há, neste sentido, um objeto a ser interpretado, que é representado por um signo e seu interpretante. Esse interpretante leva em consideração o universo simbólico apresentado na interlocução e que, por vezes, é cristalizado nos documentos. Estes documentos (que contém conjuntos mais complexos que a própria palavra, portanto um universo maior de informações), por sua vez, a depender da entidade produtora que os gerou, tem um valor que pode ser social, histórico, antropológico, cultural, administrativo ou jurídico e de memória social, coletiva, institucional etc.

É nesse sentido que o arquivo é investido por um poder simbólico. Ele é o lugar e ‘repouso’ de ‘verdades’ jurídicas, administrativas, culturais e sociais. O mesmo Estado que guarda, preserva e chancela, permitindo o acesso, também pode dificultar ou omitir, interpretar de forma tendenciosa ou destruir documentos. Desta forma o binômio, informação e poder faz todo o sentido quando o assunto é arquivo (Francisco, 2014, p. 907).

Não à toa, a Ditadura Militar tem uma relação estreita com o binômio informação e poder, ao destacar o Sistema Nacional de Informação (SNI) como um de seus órgãos-chave para coordenar as atividades de informação e contra-informação e vigiar opositores na perspectiva discursiva de garantir a segurança nacional. O SNI era responsável pela coleta, avaliação e integração de informações que subsidiaram o presidente da república e o Conselho de Segurança Nacional, mas também por promover a difusão de informações consideradas pertinentes pelo alto comando da Ditadura Militar.

É preciso destacar, antes de entremear nos dados desta pesquisa, que o Brasil da Ditadura Militar era o Brasil da tríade ‘Deus, pátria e família’ expressa nas marchas da ‘família com Deus, pela liberdade’ promovidas pelos setores empresariais, militares, conservadores e pela CIA (Gaspari, 2014; Segatto, 2014; Mendes, 2005; Corsi, 2010), que ajudaram a imprimir a ideia de insatisfação e medo do governo janguista.

Um dos principais discursos interpelados pelo golpe de 1964 - e que perdurou por todo o regime, deixando resquícios discursivos até os dias de hoje - fora a ideia de ameaça comunista, mas além dela, o discurso moral da Ditadura Militar atingiu outras comunidades e identidades, como foi o caso da comunidade LGBTQIA+ (Green; Quinalha, 2018; Miskolci, 2012; Trevisan, 2018).

Por meio do seu aparato repressor, de suas dimensões saneadora e pedagógica (Quinalha, 2017), a Ditadura Militar promoveu o apagamento e o silenciamento desta comunidade, entendendo-a como ligada a uma imagem negativa e, portanto, abjetável. Aquilo que se distanciava ou que subvertia os papéis de ‘homem’ e ‘mulher’, era entendido como ameaça a ser apagada. Esse entendimento do regime em voga consoa com o entendimento das sexualidades não-heterossexuais como dissidentes, e ora encaradas como patológicas, ora como delitivas. Conforme Michel Foucault

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (Foucault, 1988, p. 9).

Essas sanções residem também no campo informacional. A não permissão de existência ao corpo LGBTQIA+, na Ditadura Militar, se configurava na criação de leis de interdição de circulação destes corpos em espaços de produção de sentido e do exercício do poder, em uma perspectiva hegemônica. A saber, o Art. 59 do Decreto Lei 3.688 (Brasil, 1941), que instituiu o crime de vadiagem, fora usado como instrumento da Ditadura Militar para prender pessoas LGBTQIA+. Mesmo que o referido dispositivo legal não citasse pessoas LGBTQIA+ em sua redação, estas eram, no campo discursivo da época, entendidas como vadias e dadas à ilicitude, como ver-se-á mais adiante, na análise dos dados. Além deste dispositivo, a Ditadura Militar, por meio da Comissão de Investigação Sumária nº 69 (CIS69), instaurada no Ministério das Relações Exteriores, tratou de aposentar compulsoriamente

[...] sete diplomatas e seis servidores administrativos, sob a alegação de homossexualismo, sugeriu a submissão de exames para comprovação de condutas homossexuais a dez diplomatas e dois servidores; propôs a aposentadoria de catorze funcionários por embriaguez e outros dois por risco à segurança nacional e convicções ideológicas consideradas subversivas (Melito, 2014).

Há de se constatar, neste sentido e levando em consideração os dois dispositivos apresentados, que o regime militar entendia pessoas LGBTQIA+ como patológicas (a exemplo do sufixo ismo para se referir a homossexuais), amorais e vadias, mas, ela própria, estabeleceu os mecanismos de impedimento do labor desta comunidade. Além do CIS69, concorria para este empreendimento de expurgo das pessoas LGBTQIA+, a censura e as rondas policiais (Green; Quinalha, 2018).

Às mulheres lésbicas, a Ditadura militar empreendeu ações direcionadas e articuladas na perspectiva de silenciar suas vozes e neutralizar os grupos sociais surgidos e articulados à época. Pode-se afirmar - levando em consideração a identidade nacional que se propunha masculina, branca, militar e cristã (Miskolci, 2012) - que a perseguição a mulheres lésbicas residia na interseção entre o machismo, a misoginia, o falocentrismo, o androcentrismo e o phobus às sexualidades consideradas dissidentes. Essa fobia, de acordo com Judith Butler (2021), opera, em uma primeira instância, não nominando o corpo abjetado e isso ocorre, ainda conforme a autora, porque “[...] ao ser insultada, a pessoa também adquire, paradoxalmente, certa possibilidade de existência social e é iniciada na vida temporal da linguagem” (Butler, 2021, p. 13). E é nessa existência, nesse nominar que o corpo, agora existente, pode se tornar também resistente, passando a ser, ele próprio, interpretante. E não somente interpretante, mas produtor e disseminador de sua própria existência que é, também coletiva.

A Ditadura Militar tentou coibir a [r]existência lésbica por meio da Operação Sapatão, organizada por Wilson Richetti e deflagrada nos anos 1980 (Oliveira, 2017), prendendo cerca de 50 mulheres, no Estado de São Paulo; censurou obras que tratavam da temática lésbica, como foi o caso dos livros de Cassandra Rios e usou a efetiva ou suposta lesbianidade de mulheres investigadas por seus órgãos como agravante de suas condutas, tomadas como suspeitas. Em contrapartida, o movimento lésbico ganhou corpo, ao longo da Ditadura Militar, somando resistência a outros grupos organizados. O primeiro grupo voltado a sexualidades não-heterossexuais fora o SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, criado em 1978, originalmente chamado de Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais e, dentro deste, com o ingresso de mulheres e reivindicação da necessidade de discutir as pautas lésbicas, surgiu o subgrupo Lésbico-Feminista (LF). A partir daí, várias articulações políticas do campo da

sexualidade eclodiram no país e veículos alternativos de circulação de informações e notícias, como foi o caso do Lampião da Esquina e do Chanacomchana (Pinafi, 2015; Trevisan, 2018).

Pode-se afirmar que a criação e manutenção destes espaços, veículos de registro e circulação de informação são atividades de resistência, atividades memoriais e geradoras de resistência informacional, são contra-dispositivos da hegemonia e, também, que tem a potência de transpor os limítrofes informacionais impostos por essa hegemonia. Na análise dos dados, que se segue, a partir do levantamento, trataremos dos conceitos de limítrofe informacional e resistência informacional à luz da memória evocada pelos documentos recuperados na plataforma Memórias Reveladas, no fundo do SNI.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o levantamento feito na plataforma Memórias Reveladas, no ano de 2021, compreendendo os documentos datados de 1964 a 1985 (período de vigência da Ditadura Militar), pode-se perceber que os anos 1970 e 1980 foram emblemáticos para a comunidade LGBTQIA+, incluindo-se a própria comunidade lésbica. Ao todo, foram recuperados 571 documentos em 17 fundos, com destaque para o SNI e para o DCDP/SCDP. Destes, 87 traziam em seu conteúdo algo relacionado a lésbicas, sendo 24 documentos recuperados no SNI. Há, portanto, um primeiro filtro, temporal, conforme visto, mas há também outro, ligado à sexualidade dos atores e atrizes sociais citados nos documentos. É preciso, no entanto, fazer uma ressalva. As pessoas citadas nos documentos não se autodeclararam, de maneira expressa, lésbicas. Elas eram apontadas pelos militares e por pessoas por eles ouvidas, como tal. Pode-se, neste sentido, entender primariamente, que a sexualidade era, portanto, acusada, não assumida como traço identitário.

Para viabilizar a análise, e levando em consideração que os documentos selecionados apresentavam similitudes e diferenças, construiu-se duas nuvens de tags (figuras 1 e 2) que compreendem as décadas de 1970 e 1980. A separação por década fora feita por se compreender a natureza e o teor dos documentos recuperados, que denotam uma diferença de tratamento do SNI, em relação às atrizes sociais lésbicas ou lidas, pela ditadura, como lésbicas. Vale destacar, conforme Denise Sampaio, que o SNI funcionava

[...] como os olhos e os ouvidos da Ditadura Militar, sob a justificativa de atender às prerrogativas da segurança nacional. Muitos de seus documentos, de caráter confidencial, tratavam de atores e atrizes sociais que, aos olhos do regime em voga, representavam uma ameaça, seja pelo que representavam, pelo que defendiam ou falavam, seja pelos partidos e movimentos sociais em que estavam envolvidos. Vale destacar que, na redação dos informes, relatórios e demais comunicações do SNI, a orientação política (quando ligado às esquerdas) e situação frente ao governo (quando oposição) era sempre destacado. O SNI [...] comunicava-se com outros órgãos, formando com estes, uma rede de informações, o que destaca sua importância para a Ditadura (Sampaio, 2021, p. 108).

Na década de 1970, pode-se afirmar, que o movimento LGBTQIA+ construiu pontes sólidas, em termos de organização internacional e nacional. Especialmente em 1977, Harvey Milk se elegeu supervisor da cidade de São Francisco, nos EUA, sendo o primeiro homem assumidamente gay a ocupar um cargo desta natureza no Estado da Califórnia e no país. No Brasil, ocorreu o primeiro ato político em favor dos direitos homossexuais, tendo por um de seus organizadores João Antônio Mascarenhas (advogado e ativista dos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+), que convidou Winston Layland, editor da revista *Gay Sunshine* (Macrae, 2018). A vinda de Winston Layland e encontro com João Antônio Mascarenhas, Silvério Trevisan, Agnaldo Silva e outros foi oportuna à criação do *Lampião da Esquina*. Ainda em 1977, Cassandra Rios, a autora mais censurada da Ditadura Militar, lançou o livro *‘Censura: minha luta, meu amor’*. No ano de 1979, fora criado o Grupo Eros (ligado ao Grupo SOMOS). Já nos anos

1980, João Antônio Mascarenhas funda, em 1985, o 'Grupo Homossexual Triângulo Rosa'. Este cenário que compreende meados dos anos 1970 e de 1980, portanto, torna-se nevrálgico ao movimento LGBTQIA+, mas também o coloca em evidência aos olhos censores da Ditadura Militar.

Não à toa, a ditadura militar captou esta movimentação, documentando-a. Na década de 1970, fora possível recuperar 75 documentos, havendo um pico de registros entre os anos 1975 e 1978, sendo o ano de 1977 o de maior número de registros (14 ao todo). Destes 14, 6 eram do SNI. Segundo Rafael Freitas Ocanha (2014), entre os anos de 1976 e 1982, a Ditadura Militar atuou de maneira contundente contra pessoas LGBTQIA+ e prostitutas, operacionalizando os já citados rondões, na cidade de São Paulo, com destaque para as ações empreendidas pelo já citado delegado Richetti e o também delegado, Guido Fonseca.

Em razão do reforço de políticas austeras desta natureza e da higienização social, mulheres lésbicas eram lidas, pela Ditadura Militar, como ameaça. Discursivamente, a ideia de orientação política de esquerda, vadiagem, marginalidade, confidencialidade, clandestinidade, ou anormalidade, eram as principais relações estabelecidas, pelo regime, com essas mulheres, sendo sua lesbianidade lida como agravante de seus perfis 'subversivos'.

O jogo das rarefações em torno da lesbianidade, à época, se impõe como afirmação, na perspectiva de reforçar e associar a subversão à mulher lésbica, reforçando que a lesbianidade é passível de interdição. Esta interdição se justifica pela ideia de nocividade dada a estas mulheres, que se articula partir de discursos de autoridades médicas, jurídicas e cristãs da época, conforme visto em autorias como Foucault, Green, Quinalha, Trevisan, Miskolci e Butler, que evidenciam o poder destas autoridades na formação discursiva da sexualidade e pela própria evidenciação, na forma de protesto, de tais discursos, na articulação dos movimentos LGBTQIA+, que

passam a se organizar, ao final da década de 1970. A figura 2 traz as principais palavras recuperadas nas documentações encontradas.

Figura 2 - Nuvem de tags da lesbianidade nos anos 1970



Fonte: elaborado pelas autoras.

Nota: dados da pesquisa de 2021.

Destaca-se, entre as palavras, na parte superior da nuvem, os termos lésbica, amante, machorra e lesbianismo que tratam de enclausurar a identidade lésbica em relacionamentos extraconjugais (ou não reconhecidos como oficiais), patologia (pelo emprego do sufixo ismo) e a suposta incapacidade reprodutiva, no termo machorra. Vale destacar que, logo abaixo, alguns termos ligam a mulher lésbica à figura materna,

mas tal documento (uma matéria jornalística), figurava no material coletado somente como um documento anexo, não como algo produto da própria Ditadura.

Já do lado esquerdo da nuvem, pode-se notar o enxergar político da Ditadura Militar sobre a mulher lésbica em termos como oposição, intelectual esquerdista, comunista, subversiva. Como já dito, o termo lésbica estava para os opositores da ditadura militar como uma espécie de agravante de suas condutas, lidas pelo regime como condenáveis.

Do lado direito da nuvem de tags, os termos anormal, conduta inadequada, reputação e expurgada revelam a ideia de que o corpo lésbico é um corpo patologizado, inadequado e abjetável. Complementarmente, a parte inferior da nuvem de tags da figura 2 mostra a lesbianidade associada ao uso de drogas, o que reforça essa ligação empreendida pela ditadura de associar a mulher lésbica a condutas inadequadas. Assim sendo, pela nuvem de tags e pelos documentos recuperados, pode-se afirmar que a lesbianidade era discursivamente empreendida pela Ditadura Militar como vadia, marginal, subversiva, agravante, confidencial, clandestina e anormal. Para fins ilustrativos, apresenta-se, abaixo, um quadro com alguns trechos que demonstram essas concepções.

**QUADRO 1: Limítrofes informacionais da Ditadura Militar para a lesbianidade**

Limítrofe	Discursos encontrados nos documentos
Vadiagem	“No meio social, aliado a este fato, <b>soma-se a conduta de sua filha</b> Elizabeth Reis que é <b>tida como lésbica</b> e acompanha-se sistematicamente de homossexuais e pessoas de <b>péssimos antecedentes</b> , razões que expõe seu genitor ao ridículo público, situação que pode ser explorada no próximo pleito” (grifos nossos). Doc. Apreciação do Gov. do Estado do Amazonas, 1975.
Subversão	“No dia 05 fev 76, a nominada [...] solicitou visto de saída do Território Nacional para dirigir-se a Portugal, conforme consta do requerimento já referido. É oportuno salientar-se que a nominada é irmã de Ana Maria França Gainer: DLN: 11 jul 47 em Santa Maria/RS, solteira, médica, residente à Rua Dante n. 576 em Santa Maria/RS, RG n. 112 33.533, <b>a qual seria lésbica e, talvez dada a uso de tóxicos</b> . Maria Beatriz Gaiger não possui antecedentes neste O.I”.
Marginalidade	

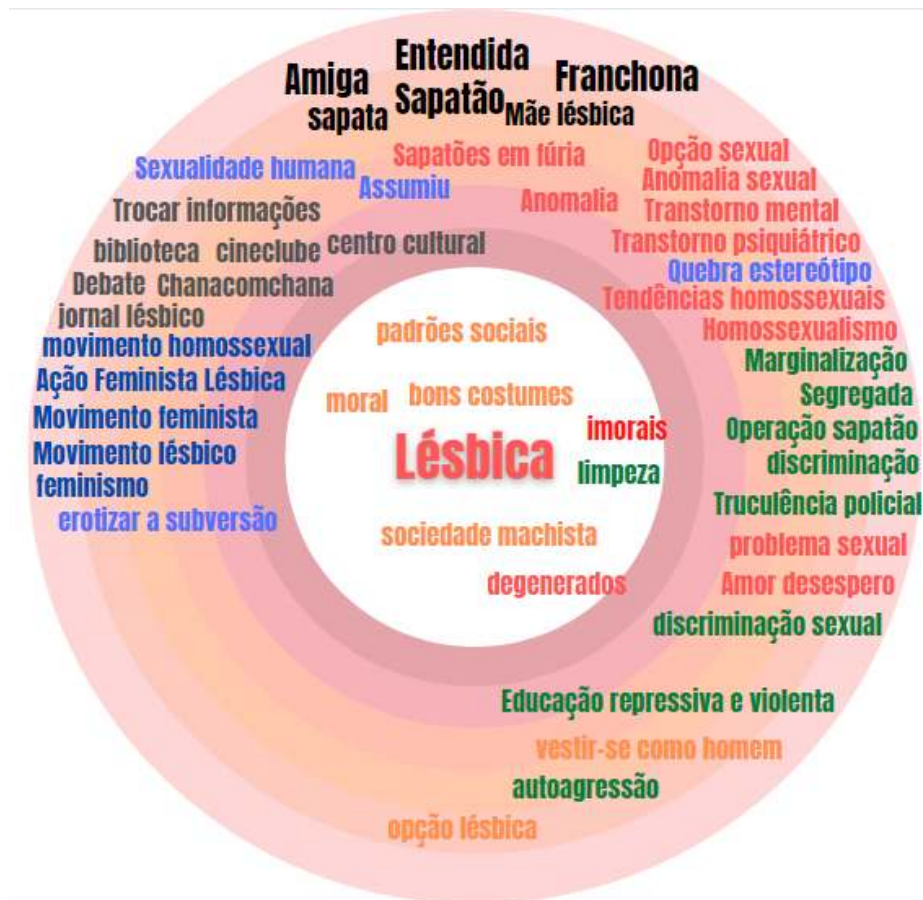
Agravante	“Em 29 fev 72, a 2ª Seção da ID/4, expediu o PB n. 032/72, no qual solicitou a apuração de veracidade de denúncia contra o Instituto Brasileiro Eduardo Claraparedes – IBEC, de Belo Horizonte/MG, e orientadora do mesmo IBEC – Dra Aspásia – psicóloga e psiquiatra, culpando o Colégio e a epigrafada de favorecerem e <b>incentivarem o vício da maconha e entorpecentes entre os alunos.</b> ”
Confidência	“[...] que por comentários de outros colegas, tomou conhecimento das ligações amorosas entre Maria e a nominada; que Maria confidenciou este fato a Dejair (chefe de turma, agente P. Federal) e a Edgar (inspetor) os quais trabalhavam no referido aeroporto”. Doc. Sobre Dalbani.
Clandestinidade	“A epigrafada [Aspásia] por muito tempo trabalhou na CF. atualmente, por ordem direta do Partido, afastou-se da militância porque sabe demais e sua prisão poderia comprometer bastante. É lésbica [...] Normalmente passa os fins de semana com a amante (Walderes Alves de Freitas Vale) e o marido desta (Raul Otávio Amaral do Vale)”. Sobre Aspásia Pires – Militante do PCB
Anormalidade	“Há um temor de que a mãe lésbica fará do filho homem um homossexual, que o castrará”. (Entrevista na Revista Sappho – mães lésbicas, 1975)

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Pode-se dizer, pelos trechos acima relacionados e pelas discussões empreendidas até então, que a Ditadura Militar, nos anos 1970, tentara empreender como limítrofes informacionais das mulheres lésbicas tais ideias, fazendo-as serem, primeiramente, invisibilizadas e, em um segundo momento, estereotipadas a partir da ideia de anormalidade, amoralidade, esterilidade, clandestinidade, vadiagem e subversão.

Já nos anos 1980, é possível afirmar com base na figura 3, que há uma mudança, não na forma como tais mulheres são enxergadas, mas no teor da documentação recuperada, que cristaliza a mudança de um status aparentemente passivo, mas na verdade, de lacuna de registros dessa comunidade como produtora, para um olhar mais atento da Ditadura em torno das produções desse corpo organizado lésbico, como movimento social articulado, que conflituava com essa passividade que a ditadura tentou imprimir, por meio da repressão.

Figura 3: Nuvem de tags da lesbianidade nos anos 1980



Fonte: elaborado pelas autoras.

Nota: dados da pesquisa de 2021.

Foi justamente em 1980 que o LF passou a se chamar Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), e justamente neste ano, Wilson Richetti deflagrou a Operação Sapatão, cujo intuito era prender mulheres lésbicas nos bares Ferro's, Bichiguinha e Cachação, localizados na cidade de São Paulo, conforme apresenta o Tomo I, parte II do Relatório da Comissão Estadual de São Paulo. A deflagração de tal operação, bem como outras ações da Ditadura Militar contra lésbicas ensejou nestas mulheres a vontade e necessidade de se defenderem coletivamente. Neste cenário, o papel informacional, memorial e identitário do Chanacomchana (jornal independente produzido pelo GALF), pode ser afirmado. Foi por meio deste jornal/boletim, que

mulheres lésbicas de São Paulo se informaram, reivindicaram e constituíram registros de memória de resistência frente à Ditadura Militar. A informação, formação e memorialização destas mulheres ameaçava a hegemonia da Ditadura, que respondia com mais censura e repressão, conforme já sinalizado por Ocanha (2014), especialmente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Os 1980 são marcados pela eclosão do movimento LGBTQIA+. Isso se reflete nos documentos coletados e produzidos pelo SNI. A maior parte da documentação recuperada, dos anos 1980, trata de recortes jornalísticos, informes de reuniões destes grupos organizados, cartas e alguns documentos como informes e fichas de perfis os quais a Ditadura observava. Assim, da primeira para a segunda nuvem de tags, tanto uma maior diversidade de termos como novas concepções a respeito da lesbianidade passa a circular na documentação do SNI. Não no sentido de um novo entendimento da Ditadura Militar sobre estes corpos, mas na perspectiva de coletar informações para melhor entender como as organizações estavam se articulando.

Pode-se creditar essa diversidade de termos e ingresso de novas percepções a respeito das sexualidades não-heterossexuais, à organização da comunidade LGBTQIA+, que gera visibilidade e enunciação possível a partir dos movimentos sociais, evidenciando vivências, as registrando, mesmo que de forma guetizada, ressignificando e denunciando as violências perpetradas a partir de enunciações circulantes nos espaços de luta ligados à sexualidade e identidade de gênero.

Essa articulação, o encontro de pessoas de uma mesma comunidade, possibilitou que mulheres lésbicas estabelecessem uma relação de pertença e autorreconhecimento. Como é possível perceber com o termo ‘entendida’, por exemplo. O termo demarca um olhar naturalizado da existência lésbica e gay, que se auto-identifica desta maneira. As palavras que se encontram no lado esquerdo revelam a consciência que tal comunidade tem, ao expor como a sociedade ainda a encara.

Patologização, segregação, marginalização, discriminação, truculência policial são alguns termos que denotam este ambiente hostil. No entanto, entre as palavras que se encontram nesta região, homossexualismo e opção sexual são, ainda, utilizadas no movimento como autorrepresentação.

Há um limite informacional e articulação da época que esbarra nas terminologias. Por vezes, a terminologia violenta é, em certos momentos da militância, a única forma de representação até que se vá por dois caminhos possíveis: o primeiro deles, amparado pela informação, de busca de terminologias mais apropriadas aos anseios daquele grupo social e, a segunda, a ressignificação, como foi o que ocorreu com o termo 'sapatão'. O termo homossexualismo parte do pressuposto de que sexualidades não heterocentradas são patológicas ou desvios de comportamento, enquanto o termo opção sexual dá a entender que as sexualidades são escolhas conscientes, não variações inatas do comportamento humanos.

Há, portanto, um espaço limítrofe da informação, que esbarra no limite da própria palavra. Isso ocorre porque a produção de sentido é amparada em dispositivos diversos, sendo a própria língua, um destes. É o encontro de identidades subalternizadas, em espaços de interação e geração de conhecimentos que possibilita que tais limites sejam ultrapassados. É o que podemos perceber, por exemplo, ao analisar o lado oposto da nuvem, a parte esquerda dela. São evocadas e enunciadas, a partir dos movimentos sociais de lésbicas, homossexuais e feministas, ideias ligadas a ambientes de informação como espaços de formação e articulação. Não surpreendentemente, tais espaços, como bibliotecas, museus, centros culturais, são espaços de circulação de dispositivos (e são eles próprios dispositivos) e informações, são espaços formativos.

A criação de veículos como o Chanacomchana e o Lampião da Esquina mostram essa necessidade da transposição do limite informacional, pois é na transposição que

tais corpos tem a possibilidade de novas epistemes, de novos paradigmas. Neste sentido e levando o que fora exposto na nuvem e na discussão sobre a diferenciação entre as décadas de 1970 e 1980, que se traz o quadro 2, a respeito da transposição dos limítrofes informacionais e criação de resistência.

**QUADRO 2: Acepções da lesbianidade enquanto coletividade na Ditadura Militar**

Termos	Acepções	Discurso coletado pelo SNI
Segregação, machismo, preconceito,  Lésbica	Instrumentos e táticas limitantes.  Termo ambivalente	“Elas estão entre as pessoas mais <b>segregadas</b> numa <b>sociedade machista e preconceituosa</b> . São <b>oprimidas por serem lésbicas e por serem homossexuais</b> . Talvez por isso, por enfrentarem problemas tão difíceis, as lésbicas (como gostam de se chamar para esvaziar uma palavra carregada de conotações pejorativas) estivessem entre as mais ativas organizadoras do 3º Congresso da Mulher Paulista”.
Assumir, Papel tradicional	Limítrofes informacionais	Na base de seu conflito talvez estivesse a educação repressiva e violenta numa família pobre [...] e a descoberta, aos 13, 14 anos, de suas tendências homossexuais. <b>‘É muito difícil para ‘assumir’ porque é quando todos estão esperando que você adore o papel tradicional’</b> , ela explica.
Franchona  Entendido	Limítrofe informacional  Resistência limítrofe	“Quando ela finalmente se ‘assumiu’, ela incorporou também o estereótipo masculino, no que tem de mais caricatural [...] só conseguiu deixar de ser <b>‘franchona’</b> (mulher travestida de homem, na gíria dos <b>‘entendidos’</b> ) quando seus conflitos econômicos e emocionais ficaram mais resolvidos”.
Erotização da subversão  Grupo lésbico  Movimento lésbico  Feminismo como ideologia de transformação radical da sociedade  Quebra de estereótipo Contrariar padrões	Sexo como instrumento    Movimento organizado como espaço de mudança social   Ruptura sistêmica	<b>“CHANACOMCHANA, o primeiro jornal lésbico do Brasil declara: por uma prática de erotizar a subversão.</b> A adesão de mulheres lésbicas no movimento feminista de S. Paulo tem origem a partir de maio de 1979. (...) Em outubro de 1980 foi formado <b>um novo grupo lésbico, Terra Maria – Opção Lésbica, que veio enriquecer o Movimento e já em novembro, junto com a Ação Lésbica Feminista, participaram da Coordenação do III Congresso da Mulher Paulista</b> (...) Por fim, foi lançado neste Congresso, ‘com muito orgulho’, o primeiro jornal no Brasil – O CHANACOMCHANA. Este jornal, composto e editado por lésbicas organizadas e independentes, está aberto a qualquer colaboração/ que possa vir a enriquecê-lo. <b>Com uma concepção absolutamente/ nova e ousada, temos aí o Movimento Lésbico com propostas de quebrar estereótipos, contrariar todo e qualquer tipo de padrões estabelecidos, acreditar no feminismo como a ideologia de transformação radical da sociedade e com uma prática de erotizar a subversão”</b> (grifos do relator).

Libertação do sentimento de inferioridade	de	conscientização de como opera a hegemonia sobre os sentimentos	“Nós somos um grupo de feministas que vem, desde 1979, desenvolvendo um trabalho com mulheres lésbicas no sentido de informá-las e conscientizá-las de seus direitos e da importância da luta contra a discriminação [...] Entre os objetivos, o grupo destaca a ‘manutenção de um espaço diferenciado dos ‘guetos’ (bares e boates lésbicas) onde possamos desenvolver um processo de <b>libertação dos sentimentos de inferioridade que interioramos</b> enquanto mulheres homossexuais; realização de uma nova práxis interna, onde, através de um questionamento constante da hierarquia e de suas causas entre nós (diferenças de classe, cor, informação, capacidade de discursos, tempo de militância, beleza, carisma etc.) procuramos não reproduzir [...]; o contato com associações congêneses [...] com o intuito de <b>trocar informações [...]; criação de um centro cultural, formação de uma biblioteca, articulação de um cineclube e promoção de debates sobre sexualidade e feminismo</b> ”.
Troca de informações	de	Informação como instrumento de resistência e formação. Espaços de produção de sentido como fomento à resistência.	
Criação de centros culturais, biblioteca, cineclube			
Debates		Trocac coletivas	

**Fonte:** elaborado pelas autoras (grifo nosso).

**Nota:** dados da pesquisa.

Pode-se dizer, a partir dos dois quadros e das nuvens de tag, que os anos 1980 foram marcados por uma maior articulação do movimento lésbico e entendimento de que esta articulação era importante para a sobrevivência individual e coletiva destas mulheres, de suas epistemes e de seus afetos, perpassando pela informação como instrumento de contra-poder. Neste sentido, pode-se afirmar que a informação enreda em si uma ambivalência política ligada ao exercício hegemônico e ao exercício subterrâneo (resistente) de poder, que incide no dispositivo da sexualidade.

O dispositivo da sexualidade, em sua perspectiva hegemônica, necessita, para sua manutenção, de um filtro informacional sólido, que permite ser visível somente o que reforça o padrão heterocispatriarcal falo-androcentrado. Pode-se afirmar, neste sentido, que há uma lesbofobia informacional (e mais amplamente, a LGBTQfobia informacional), que atua na invisibilização de mulheres lésbicas, proibição da circulação de seus registros, suas vivências, desarticulação dos diálogos e formações coletivas, que são espaços de trânsito de informações. Por sua vez, essa lesbofobia/LGBTQfobia informacional corrobora com o estabelecimento limítrofe da informação. Se a

informação não circula, a produção de novos conhecimentos é impedida. As memórias não circulam, conseqüentemente, pois falta-lhe o registro e a circulação destas informações. Se o oposto ocorre e a informação circula, é registrada, dialógica e articulada a partir desse corpo dissidente, torna-se contra-homofóbica, contra-LGBTQfóbica, contra-transfóbica, contra-bifóbica.

Esta percepção, conforme visto na documentação coletada pelo SNI e recuperada para esta pesquisa, fora alcançada pelo movimento lésbico da época, que entendeu que a promoção dos espaços de troca e de produção de saber-poder poderiam dar a estas não somente a possibilidade de existência enquanto corpo biológico vivo, mas também enquanto corpo social. Conforme os relatos, pode-se afirmar que estas mulheres entenderam e revelaram as violências que impactam na existência do seu próprio corpo, como o machismo, a segregação e o preconceito, cristalizados pelo uso hegemônico, e negativo, de palavras que enveredavam suas existências, tais como lésbica, franchona, sapatão e machorra. Especialmente lésbica e sapatão passaram a ser ressignificados, expressando sua ambivalência neste jogo informacional. A partir do momento em que esses termos são apropriados e ressignificados pela comunidade, elas quebram seus limítrofes informacionais.

Pode-se afirmar que o que estabelece um limítrofe informacional, portanto, é o impedimento da produção, registro e circulação de informações contra-hegemônicas, gestando uma unilateralidade de percepções que, por sua vez, cria estereótipos e fomenta a violência que é, também, informacional. Por seu turno, a resistência informacional reside primariamente no estabelecimento e promoção de espaços de troca, diálogos e da fraternidade que fomentam a produção, registro e circulação de informações antes subterrâneas. A resistência informacional tem a potência de quebrar limites impostos pelo poder hegemônico, gerando justiça social e epistêmica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que a palavra, representação de algo ou de uma ideia, é a expressão prima de uma informação e que, quando enunciada, expressa não somente um agrupamento de letras e fonemas, mas revela a instância semântica em que se assenta. Não existe informação expropriada do seu sentido, logo, a palavra é uma unidade da informação, mas não somente isso. A informação, dotada de palavras que fazem sentido, expressa regimes de verdade que podem ser hegemônicos ou contra-hegemônicos.

Assim, a informação tem valor farmacológico no campo social. A depender de sua administração, pode gerar silenciamentos, mas também promover o empoderamento de categorias subalternizadas. Os documentos sensíveis que foram frutos das atividades censórias e informacionais (de repressão) da Ditadura Militar, com a abertura e os trabalhos da justiça transicional, com o amparo da CNV, trazem luz a uma nova perspectiva de uso de tais documentos, agora, permanentes. O que antes servia de controle, hoje serve para desvelar o *modus operandi* de tal regime e, especialmente, promover um novo olhar sobre as comunidades sub-representadas. A sub-representação é perpassada pelos regimes de verdade e de informação a que dada sociedade é submetida e incide diretamente na constituição de suas memórias. As práticas de insurgência, de resistência, de comunidades sub-representadas também possuem um forte papel informacional essas comunidades têm consciência disso, sobretudo quando conclamam seus partícipes a construir espaços de socialização e informação (como bibliotecas, museus, centros culturais...).

Havia, portanto, fora do regime, uma outra dinâmica informacional, de diálogo e transação contra-paradigmática dos valores empreendidos pela Ditadura Militar. Se a Ditadura asseverava que sexualidades dissidentes eram anomalias, o movimento agia em prol da quebra de tal estigma; se a Ditadura asseverava que pessoas LGBTQIA+ não

podiam constituir família, entendendo-a como uma instituição que se dá a partir da relação homem, mulher e sua prole, a comunidade trazia, em seus jornais próprios, a maternidade lésbica. O papel dos jornais da e para a comunidade foi de grande importância para a formação e empoderamento deste movimento, que passou a enxergar, de forma mais orgânica, as violências pelas quais passava.

Ressaltamos que o empreendimento de impedimento de circulação de informação impacta na constituição das memórias lesbianas (e LGBTQIA+), pois o estigma fez muitas destas mulheres deixarem de registrar e expor suas vivências, as empreendendo majoritariamente no campo da clandestinidade. São os encontros com os movimentos de resistência que quebram tal silêncio e fazem circular a informação e, conseqüentemente, quebram os limites informacionais estabelecidos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Memórias reveladas**. Brasília: Arquivo Nacional, c2009. Disponível em:  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1964. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1941. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 8 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CORSI, Francisco Luiz. As estratégias de desenvolvimento: 1945-1960. In: PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. História, arquivo e memória: uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS, 1., 2014, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Oficina do Historiador, 2014. p. 906-918. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19078/12137> Acesso em: 14 maio 2022.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**: a ditadura envergonhada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfscar, 2018.

LE COADIC, Yves. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da 'abertura'. Salvador: EdUFBA, 2018.

MELITO, Leandro. Itamaraty perseguiu funcionários homossexuais durante a ditadura, aponta Comissão da Verdade. **EBC**, [s. l.], 15 dez. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/12/itamaraty-perseguiu-funcionarios-homossexuais-durante-ditadura-aponta-comissao-da>. Acesso em: 26 maio 2022.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de março" das direitas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/DL4ktNyPwJN9hySKJ9WRdKf/#>. Acesso em: 26 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

OCANHA, Rafael Freitas. **Amor, feijão, abaixo camburão**: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12830/1/Rafael%20Freitas%20Ocanha.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão: resistência lésbica à ditadura militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, p. 6-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 7 maio 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: análises e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas de silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PINAFI, Tânia. **História do movimento de lésbicas no Brasil**: lésbicas contra a invisibilidade e o preconceito. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan\\_Honorio\\_Quinalha.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf). Acesso em: 27 jun. 2021.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SAMPAIO, Denise Braga. **A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação**. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22978>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SEGATTO, José Antônio. Crise política e derrota da democracia. *In*: VALLE, Maria Ribeiro do. **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

STAMPA, Inez. Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. **ComCiência**, Campinas, n. 127, p. 1-3, 2011. Disponível em [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000300012&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000300012&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 22 jun. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Londres: Project Gutenberg, 1922.

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 [tpbci@ancib.org](mailto:tpbci@ancib.org)

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib\\_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)